



VILAREALSTºANTONIO

1

B

ATA Nº. 4/2015

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2015, em Monte Gordo, no edifício sede da Freguesia de Monte Gordo, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 9 horas e 10 minutos, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **David Matias Murta**, **José Ernesto Gomes Barão** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANUAL DE DESIGN E COMUNICAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA PARA TODOS OS SUPORTES E PLATAFORMAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2015 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2015;
- PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO PARA O ANO DE 2015;
- PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA PARA O ANO DE 2015;

A

A

- ACORDO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E HERDEIROS DE MANUEL DOS SANTOS ROCHINA E OUTROS;
- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DO LOTE Nº. 49 DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA COM A ASSOCIAÇÃO DE MARISCADORES DE ARRASTO DE CINTURA DA BAÍA DE MONTE GORDO – 1.ª ALTERAÇÃO – ADENDA – RETIFICAÇÃO;
- APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA AS PLATAFORMAS LOCAIS DE OPERACIONALIZAÇÃO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA E DA RESERVA NATURAL DO SAPAL DE CASTRO MARIM E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA MARCA NATURAL.PT;
- PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE DE DONALD CHAMBERS E DIANNE GILLIAN CHAMBERS - MONTE NOVO EM VILA NOVA DE CACELA;
- DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA 25 DE ABRIL, N.º 37, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - PAULA ALEXANDRA BRANCO BARBOSA;
- DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA JOSÉ BARÃO, N.º 39, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (ANTIGA RUA MIGUEL BOMBARDA) - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE;
- ATRIBUIÇÃO DE VERBAS NO SENTIDO DE COBRIR AS DESPESAS RELATIVAS AOS ALUNOS CARENCIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2014/2015;
- MINUTA DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A ADRIANA E A IBÉRICA EVENTOS & ESPETÁCULOS, SLU RELATIVO À ANIMAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE CACELA VELHA;
- MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ANIMASHOW DESTINADO À PARTICIPAÇÃO NO “FORMARTE”;
- FIXAÇÃO DO PREÇO DO LIVRO “BICHARADA E ERVAS DAS 4 CIDADES” DO PROJETO “À DESCOBERTA DAS 4 CIDADES”;
- ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIACÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA DE “TRIATLO – CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES” – FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL;
- ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIACÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA “MARCHA PELA MULHER” – VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM S.A.;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.



A

FALTAS: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Luis Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta. Face à impossibilidade, também por motivos profissionais, da Sra. Vereadora Célia Paz estar presente, foi o Sr. Vereador José Barão a substituir o Sr. Vereador Luís Salas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 13 de fevereiro de 2015, apresentando um saldo de 751.097,40€ (setecentos e cinquenta e um mil, noventa e sete euros e quarenta cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelo Sr. Presidente foi proposto a inclusão da seguinte Proposta:

MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão da Proposta.

O Sr. Presidente deu conhecimento do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a informação financeira semestral, devendo o mesmo ser remetido à Assembleia Municipal para conhecimento, documento que constitui parte integrante da presente ata.

4
A

O Sr. Vereador José Cruz solicitou informações relativas às habitações a custos controlados no Bairro do Projeto SAAL em Monte Gordo, em virtude dos elevadores, campainhas e as luzes não funcionarem nas condições adequadas. Referiu também que o parque dos jogos está em más condições, pelo que deve ser intervencionado. Considerando que a empresa de condomínio está falida, julga que o Município deve intervir para dar dignidade ao espaço.

Pediu ainda um ponto de situação sobre o processo do Hotel Guadiana.

O Sr. Vereador David Murta questionou sobre o arranque das obras a sul da Associação Naval do Guadiana, o processo de concurso do Hotel Guadiana e pediu um ponto de situação sobre a alteração do quadro elétrico da EB de Monte Gordo.

O Sr. Presidente explicou que a cooperativa faliu. Disse que o Município falou com o IHRU e este assumiu que efetuará o pagamento das dívidas em atraso e estava disposto a assumir as despesas de manutenção correspondentes à sua permissão. Sobre o parque de jogos o Sr. Presidente comunicou que está a estudar a possibilidade de ser a Câmara Municipal a intervir.

A Sra. Vereadora Conceição Cabrita mencionou que celebrou uma reunião com a Diretora do Agrupamento de Escolas e com a Associação de Pais, tendo ficado acordado que se executava já a passagem do sistema de monofásico a trifásico e a restante intervenção só será realizada, por pedido dos pais, depois de 15 de junho.

O Sr. Presidente explicou que a VRSA-SGU apresentou uma candidatura que aguarda decisão. No entanto, a concretização do investimento a sul da Associação Naval do Guadiana ainda ficará pendente da assinatura do contrato programa com o IPTM.



A

O Sr. Presidente referiu que a empresa Grand Hotel vai explorar o Hotel Guadiana, no seguimento do concurso público lançado pela VRSA-SGU. Disse ainda que o processo de expropriação está encerrado, ficando a verba depositada à guarda do Tribunal, após a celebração do contrato. Referiu também que a VRSA-SGU será ressarcida dos custos de expropriação, encargos com os juros do fundo Jessica e demais despesas assumidas ao longo de todo este processo.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANUAL DE DESIGN E COMUNICAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA PARA TODOS OS SUPORTES E PLATAFORMAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO 2015 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que está de acordo com a contratação destes serviços mas está contra o método de contratação, deixando claro que a decisão da CDU não tem a ver com o técnico em questão.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para renovar o contrato de prestação de serviços de design tipográfico, design editorial, design de marca, design de publicidade e campanha e ainda design digital abrangendo o webdesign, o design interativo e a multimédia à entidade **Miguel Ângelo B. S. Guerreiro**, pelo período de 1 (um) ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 8/2014, de 24 de Abril de 2014, e, por se tratar de um compromisso plurianual, sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António de 28 de Novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

4

A

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2015.

O Sr. Vereador José Cruz disse que para a CDU o protocolo não está elaborado nos termos da lei em vigor.

O Sr. Vereador David Murta disse que na reunião de Câmara de 16 de abril de 2014 foi mencionado pelo Executivo que ia ser realizado um estudo prévio para a elaboração dos protocolos de delegação de competências, pelo que solicita que o mesmo lhe seja apresentado.

O Sr. Presidente disse que se trata de um documento de trabalho interno que foi produzido para auxiliar o Executivo na celebração dos protocolos. Referiu ainda o Sr. Presidente que o presente protocolo teve a concordância do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, José Barão e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Vila Real de Santo António na Freguesia de Vila Real de Santo António para o ano de 2015, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada uma Declaração de Voto, documento que fica apenso ao final da ata.



PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE
SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO PARA O ANO DE 2015.

O Sr. Vereador José Cruz disse que para a CDU o protocolo não está elaborado nos termos da lei em vigor.

O Sr. Vereador David Murta disse que na reunião de Câmara de 16 de abril de 2014 foi mencionado pelo Executivo que ia ser realizado um estudo prévio para a elaboração dos protocolos de delegação de competências, pelo que solicita que o mesmo lhe seja apresentado.

O Sr. Presidente disse que se trata de um documento de trabalho interno que foi produzido para auxiliar o Executivo na celebração dos protocolos. Referiu ainda o Sr. Presidente que o presente protocolo teve a concordância do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, José Barão e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Vila Real de Santo António na Freguesia de Monte Gordo para o ano de 2015, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada uma Declaração de Voto, documento que fica apenso ao final da ata.



A

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA PARA O ANO DE 2015.

O Sr. Vereador José Cruz disse que para a CDU o protocolo não está elaborado nos termos da lei em vigor.

O Sr. Vereador David Murta disse que na reunião de Câmara de 16 de abril de 2014 foi mencionado pelo Executivo que ia ser realizado um estudo prévio para a elaboração dos protocolos de delegação de competências, pelo que solicita que o mesmo lhe seja apresentado.

O Sr. Presidente disse que se trata de um documento de trabalho interno que foi produzido para auxiliar o Executivo na celebração dos protocolos. Referiu ainda o Sr. Presidente que o presente protocolo teve a concordância do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, José Barão e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Protocolo de Delegação de Competências do Município de Vila Real de Santo António na Freguesia de Vila Nova de Cacela para o ano de 2015, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada uma Declaração de Voto, documento que fica apenso ao final da ata.



H

ACORDO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E
HERDEIROS DE MANUEL DOS SANTOS ROCHINA E OUTROS.

O Sr. Presidente explicou que o jurista Ricardo Prelhaz da Fonseca produziu o memorando que se anexa à proposta, depois de ter estudado todos os documentos existentes neste processo. Pressupõe o Jurista, disse o Sr. Presidente, que há indícios de crime, tal como o Ministério Público considerou que havia fortes indícios de falsificação de documentos.

O Sr. Vereador David Murta mencionou que “não querendo abordar o passado, o importante é que se pudesse resolver o assunto, pois trata-se de um processo muito complexo que se arrasta há muitos anos”, pelo que considerou que a proposta fosse retirada para uma melhor análise por parte dos Srs. Vereadores da oposição, visto que cinco dias são poucos dias para estudar um processo desta envergadura.

Referiu também o Sr. Vereador que a proposta se baseia numa exposição de factos não assinada, sem parecer jurídico competente, e que se devia incluir mais um ponto na proposta onde conste o articulado da Lei habilitante, mais concretamente em que se explique a base competente para a Câmara Municipal tomar decisões desta natureza.

O Sr. Vereador José Cruz, tal como o Sr. Vereador David Murta, pediram para que o memorando fosse assinado, a fim de tomarem uma decisão tendo por base um parecer jurídico, não vindo o Sr. Presidente, futuramente, a ter a responsabilidade da proposta.



A

O Sr. Presidente disse que o Dr. Ricardo Prelhaz da Fonseca estará presente na Assembleia Municipal para prestar os esclarecimentos necessários, pelo que não retirava a proposta. Referiu ainda que, quer o Jurista, quer o Sr. Vereador João Sol, estão totalmente disponíveis para prestar esclarecimentos, tanto aos Srs. Vereadores da oposição como aos Srs. Deputados Municipais.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que conhecia bem o processo, pois tratou do mesmo durante alguns anos. Disse que em 1993, anos em que o Município celebrou o acordo com os Herdeiros, não existia na Câmara Municipal nenhum documento que provasse que o terreno não era dos proprietários. Contudo, posteriormente, quando a Câmara Municipal quis adquirir à CP os terrenos para construir a zona industrial a CP respondeu que sim desde que autorizasse a urbanização dos terrenos que a Condiana viria a adquirir. Disse ainda o Sr. Vereador José Cruz que concorda com a proposta de se submeter o assunto para Tribunal e que seja este a decidir se as áreas são ou não dos Herdeiros de Manuel dos Santos Rechina. Mencionou o Sr. Vereador José Cruz que se se vier a declarar nulo e de nenhum efeito a permuta efetuada deve ficar o caso das contrapartidas devidamente encerrado. Referiu também que se a Câmara Municipal não tiver razão neste processo deve proceder ao cumprimento do acordado, procurando que a área de construção a ceder não inviabilize o prolongamento da rua de Angola, por ser essencial para o ordenamento da Cidade. Mencionou igualmente que se for provado que os terrenos são dos Herdeiros, então poderão construir o que têm direito.

O Sr. Presidente questionou o Sr. Vereador José Cruz sobre o motivo da CDU nunca ter resolvido este assunto quando havia pareceres favoráveis por parte do Dr. Mendes de Moraes.

Handwritten signature in black ink and the letter 'A' in blue ink.

O Sr. Vereador José Cruz reforçou que concordava com esta proposta, pois a CDU sempre entendeu, logo que surgiu o conflito, que os direitos de cada uma das partes deveriam ser apurados com recurso aos órgãos judiciais.

O Sr. Presidente disse que compreende a posição da CDU agora e na altura em que governou a Câmara e mencionou que o acordo não lhe parece válido, pois a Assembleia Municipal nunca deliberou e essa é uma matéria da esfera do órgão deliberativo.

O Sr. Vereador David Murta disse que, na opinião do Partido Socialista, a proposta devia ser melhor instruída, pelo que voltou a solicitar que a mesma fosse retirada. Segundo o Sr. Vereador, a proposta parte de induções, pelo que, e embora entenda que este assunto deva ser imediata e urgentemente resolvido e não querendo obstaculizar o processo, é necessário sustentar a proposta mencionando os respetivos preceitos legais, pelo que devia ter um parecer da Jurista da Câmara Municipal.

O Sr. Vereador José Cruz perguntou se a Câmara Municipal tinha cópias das escrituras.

O Sr. Presidente respondeu que sim, mencionando que em anos passados a REFER meteu um processo em Tribunal contra os Herdeiros. Referiu ainda que nas escrituras os terrenos estão mencionados como sendo do domínio público ferroviário e hídrico e que nesses anos o PDM previa o direito de edificabilidade pois os terrenos estavam localizados já em zona urbana.

O Sr. Presidente, finalmente, disse que se o Ministério Público mencionou que há fortes indícios de falsificação de documentos e a Câmara tem dúvidas se o acordo é válido ou nulo, então o melhor é enviar o processo ao Tribunal para que este decida se os Herdeiros são proprietários da parcela onde se encontra construída a estrada, se houve algum ato ilícito ou se o terreno pertence ao domínio público rodoviário municipal ou ao domínio público.



A

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e José Barão, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem tomadas as medidas necessárias a apurar se a criação da Descrição 02671 e a inscrição da parcela da Estrada no cadastro e na matriz rústica n.º 101, secção B, teve por base a prática de algum ato ilícito e, em caso afirmativo, que sejam tomadas as diligências necessárias para apurar responsabilidades e para obter o ressarcimento de prejuízos para o Município. Deliberou ainda promover as diligências necessárias para proceder à eliminação da matriz rústica 101, secção B, ou, se for o caso, a sua atualização quanto à sua integração no domínio público rodoviário municipal e tomar as medidas necessárias para proceder à eliminação, ou atualização, da descrição 02671, por forma a retirar da descrição todos os prédios que integram o domínio público ou que sejam objeto de descrições autónomas, incluindo os cedidos ao Município. Decidiu ainda a Câmara Municipal promover as diligências necessárias, incluindo as judiciais, no sentido de se apurar se os Herdeiros são proprietários da parcela onde se encontra construída a Estrada, designadamente a propositura de uma ação de declaração de nulidade do Acordo e reconhecimento de que a parcela da Estrada integra o domínio público e submeter as decisões anteriores a deliberação confirmativa da Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e José Barão foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Considerando que:

O Sr. Presidente entendeu não retirar a proposta, face aos argumentos anteriormente expressados pela bancada do PS, e que a proposta se baseia em induções que cabe à justiça demonstrar e provar.



A proposta se baseia numa exposição de factos não assinada, sem parecer jurídico competente, e omissa em termos de lei habilitante e competente.

A bancada do PS considera que o tempo para analisar a proposta não é consentâneo com a complexidade da mesma.

Considerando ainda, não obstante o mencionado, que na defesa do interesse público, a bancada do PS não pretende obstaculizar a resolução deste processo. A sua posição de voto é de abstenção."

Também pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada uma Declaração de Voto que ficará apensa ao final da ata.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DO LOTE Nº. 49 DA ZONA INDUSTRIAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que faz votos para que a instalação da indústria de panificação e pastelaria não se venha a sentir prejudicada pelas atividades que já vêm sendo desempenhadas pelas empresas localizadas na envolvente.



15



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado que João Luís Oliveira de Deus, contribuinte n.º 103592326, proceda à alienação do Lote n.º 49 do Loteamento Industrial de Vila Real de Santo António a Carlos Manuel Paulino Martins, residente em Vila Real de Santo António, com o número de identificação fiscal 210359781, onde pretende instalar uma indústria de panificação e pastelaria, e que a Câmara Municipal não exerça o respetivo direito de preferência e proceda ao levantamento do ónus de inalienabilidade, com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA COM A ASSOCIAÇÃO DE MARISCADORES DE ARRASTO DE CINTURA DA BAÍA DE MONTE GORDO – 1.ª ALTERAÇÃO – ADENDA – RETIFICAÇÃO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a Minuta do Contrato-Programa com a Associação de Mariscadores de Arrasto de Cintura da Baía de Monte Gordo – 1.ª Alteração – Adenda – Retificação, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

16
-

A

APROVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA AS PLATAFORMAS LOCAIS DE OPERACIONALIZAÇÃO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DA RIA FORMOSA E DA RESERVA NATURAL DO SAPAL DE CASTRO MARIM E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA MARCA NATURAL.PT.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Acordo de Colaboração para as Plataformas Locais de Operacionalização e Gestão do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António para a implementação da marca Natural.PT a celebrar com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas I.P., documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE DE DONALD CHAMBERS E DIANNE GILLIAN CHAMBERS - MONTE NOVO EM VILA NOVA DE CACELA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido ser autorizado o pedido de constituição de compropriedade em comum do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António com o nº 173/19860318, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 49 - Seção D, e matriz predial urbana sob o artigo 4821, sito em Monte Novo, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, com área total de 21.960 m² na proporção de 1/2 a favor Donald Chambers e 1/2 a favor de Dianne Gillian Chambers, com fundamento no teor da Informação da DUEP – Divisão de Urbanismo e Espaço Público, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



A

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA 25 DE ABRIL, N.º 37, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - PAULA ALEXANDRA BRANCO BARBOSA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 1288, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 80 m², destinado a habitação, localizado na Rua 25 de Abril, n.º 37, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA - IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA JOSÉ BARÃO, N.º 39, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (ANTIGA RUA MIGUEL BOMBARDA) - RUI MIGUEL DA COSTA LEITE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 261, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 75 m², com a área total de 97 m², destinado a habitação, localizado na Rua José Barão, n.º 39, em Vila Real de Santo António (antiga Rua Miguel Bombarda), com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

18
—
H

ATRIBUIÇÃO DE VERBAS NO SENTIDO DE COBRIR AS DESPESAS RELATIVA AOS ALUNOS CARENCIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2014/2015.

A Sra. Vereadora Conceição Cabrita informou que a proposta tinha que ser submetida a reunião de Câmara para que as crianças carenciadas possam ser apoiadas nas deslocações às visitas de estudo.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de serem atribuídas as verbas ao Agrupamento de Escola D. José I e Agrupamento de Escolas de Vial Real de Santo António, no sentido de cobrir as despesas relativa aos alunos carenciados no âmbito das atividades de complemento curricular para o ano letivo 2014/2015, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

MINUTA DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A ADRIIP A E A IBÉRICA EVENTOS & ESPETÁCULOS, SLU RELATIVO À ANIMAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE CACELA VELHA.

O Sr. Vereador José Cruz questionou por que motivo não se celebra o protocolo apenas com a ADRIIP.

O Sr. Presidente decidiu retirar a proposta para uma melhor análise.

19
S
A

MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ANIMASHOW DESTINADO À PARTICIPAÇÃO NO “FORMARTE”.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta do Acordo de Cooperação a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a Animashow – Associação Cultural e Recreativa, destinado à participação dos alunos no “FormArte”, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

FIXAÇÃO DO PREÇO DO LIVRO “BICHARADA E ERVAS DAS 4 CIDADES” DO PROJETO “À DESCOBERTA DAS 4 CIDADES”.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovado o valor de 7,50 € como preço de capa do livro “Bicharada e Ervas das 4 Cidades”, documento que constitui parte integrante da presente ata.

20
-

A

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA DE “TRIATLO – CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES” – FEDERAÇÃO DE TRIATLO DE PORTUGAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licença, bem como a isenção, em futuros pedidos, das taxas, desde que o objeto da licença seja da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA “MARCHA PELA MULHER” – VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM S.A.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licença, bem como a isenção, em futuros pedidos, das taxas, desde que o objeto da licença seja da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documento que constitui parte integrante da presente ata.

21
\$
H

MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE E O MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta do Protocolo a celebrar entre o Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve e o Município de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.




